



# AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Prova Escrita Objetiva - Nível Superior Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

4

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1 – O tribunal do júri

“São pagos todos os que compõem o tribunal do júri. O presidente, o procurador da justiça, os advogados, os porteiros, possivelmente as testemunhas; a que título só os jurados, que deixam seus negócios, hão de trabalhar de graça?” (Machado de Assis)

**1**

Nessa frase (texto 1), Machado de Assis questiona o fato de os jurados trabalharem de graça no tribunal do júri; como argumento em defesa de sua ideia, Machado só NÃO se utiliza do seguinte:

- (A) mostra-os como uma exceção a uma regra;
- (B) realiza comparações entre componentes do tribunal;
- (C) apela para a necessidade de pagamento por serviço prestado;
- (D) indica a possibilidade de prejuízo causado pelo encargo;
- (E) comprova a injustiça por contrariar uma exigência legal.

**2**

Nesse pensamento de Machado de Assis (texto 1), há um segmento de claro valor irônico, que é:

- (A) “São pagos todos os que compõem o tribunal do júri”;
- (B) “O presidente, o procurador da justiça, os advogados, os porteiros”;
- (C) “...possivelmente as testemunhas”;
- (D) “...só os jurados, que deixam seus negócios”;
- (E) “...hão de trabalhar de graça?”

**3**

Na argumentação de Machado de Assis (texto 1) foi utilizado um processo de raciocínio que:

- (A) parte do geral para o particular, caracterizando o que se denomina método dedutivo;
- (B) cita um depoimento de autoridade incontestável para, em seguida, propor obediência a esse depoimento;
- (C) demonstra historicamente uma verdade para mostrar o que questiona como um absurdo;
- (D) indica uma situação particular, generalizando-a, o que se denomina método indutivo;
- (E) cria uma situação absurda para opor-se a ela.

**4**

“A majestosa igualdade das leis, que proíbe tanto o rico como o pobre de dormir sob as pontes, de mendigar nas ruas e de roubar pão”. (Anatole France)

Esse pensamento tem a finalidade de:

- (A) elogiar a igualdade de ricos e pobres perante a lei;
- (B) ironizar a pretensa igualdade de todos perante a lei;
- (C) destacar a importância da justiça para os pobres;
- (D) defender a aplicação igualitária da justiça;
- (E) criticar a justiça por só perseguir os pobres.

**5**

A frase abaixo que NÃO respeita o paralelismo em sua estruturação é:

- (A) “Raspai o juiz, encontrareis o carrasco”;
- (B) “É relativamente fácil suportar a injustiça. O mais difícil é suportar a justiça”;
- (C) “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”;
- (D) “Excesso de direito, excesso de injustiça”;
- (E) “É melhor prevenir os crimes do que sua punição”.

**6**

A frase abaixo que NÃO se refere a uma outra frase bastante conhecida (intertextualidade) é:

- (A) “A justiça tarda, mas não chega”;
- (B) “Depois da impunidade vem a bonança”;
- (C) “Assim tropeça a humanidade”;
- (D) “Não existe o herói sem a plateia”;
- (E) “Saio da História para cair na vida”.

**7**

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, // o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.” — Ruy Barbosa, político, escritor e jurista brasileiro (1849 – 1923).

Fonte: <https://citacoes.in/citacoes-de-justica/?page=2>

Esse famoso texto de Ruy Barbosa pode ser segmentado em duas partes, como indicam as duas barras inclinadas.

Sobre essa segmentação, é correto afirmar que:

- (A) enquanto o primeiro segmento mostra aspectos negativos, o segundo segmento mostra aspectos positivos opostos;
- (B) o primeiro segmento mostra a situação política causada pelas atitudes do homem citadas no segundo segmento;
- (C) o segundo segmento indica as consequências negativas das causas citadas no primeiro segmento;
- (D) o primeiro segmento apresenta várias explicações para os fatos citados no segundo segmento;
- (E) o segundo segmento enumera conclusões retiradas dos pensamentos expressos no primeiro segmento.

**8**

“Desde que, adulto, comecei a escrever romances, tem-me animado até hoje a ideia de que o menos que o escritor pode fazer, numa época de atrocidades e injustiças como a nossa, é acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade de seu mundo, evitando que sobre ele caia a escuridão, propícia aos ladrões, aos assassinos e aos tiranos. Sim, segurar a lâmpada, a despeito da náusea e do horror. Se não tivermos uma lâmpada elétrica, acendamos o nosso toco de vela ou, em último caso, risquemos fósforos repetidamente, como um sinal de que não desertamos nosso posto.” — Erico Verissimo, escritor brasileiro (1905 – 1975)

Fonte: <https://citacoes.in/citacoes-de-justica/>

Segundo esse pequeno texto, a função do escritor no mundo é:

- (A) revelar realidades aos menos cultos;
- (B) denunciar crimes contra os mais pobres;
- (C) esclarecer fatos circunstantes;
- (D) iluminar a consciência das autoridades;
- (E) escrever sobre temas desconhecidos.

Texto 2

“Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo.” Ariano Suassuna (1927 – 2014).

Fonte: <https://citacoes.in/citacoes-de-justica/>

**9**

Apesar de dizer-se não pessimista, a frase do texto 2 que demonstra pessimismo é:

- (A) “Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça”;
- (B) “Sei que é para um futuro muito longínquo”;
- (C) “Sou um homem da esperança”;
- (D) “Sou um realista esperançoso”;
- (E) “Os otimistas são ingênuos”.

**10**

No texto de Suassuna (texto 2) há uma série de relações lógicas entre as frases que devem ser inferidas pelo leitor, pois não aparecem verbalizadas em conectivos.

A relação lógica entre os segmentos abaixo – separados por duas barras inclinadas – que está corretamente indicada é:

- (A) Não sou nem otimista // nem pessimista – oposição;
- (B) Não sou nem otimista, nem pessimista // Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos – explicação;
- (C) Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos // Sou um realista esperançoso – comparação;
- (D) Sou um realista esperançoso // Sou um homem da esperança – causa;
- (E) Sou um homem da esperança // Sei que é para um futuro muito longínquo – conclusão.

**11**

A frase abaixo que se utiliza somente de linguagem lógica, NÃO ocorrendo exemplo de linguagem figurada, é:

- (A) “Sonho com o dia em que a justiça correrá como água e a retidão como um caudaloso rio” — Martin Luther King Junior;
- (B) “Peço perdão, em nome de todos os católicos, por todas as injustiças contra os não católicos no decorrer da história” — Papa João Paulo II;
- (C) “A beleza é bela quando pode ser vendida. A justiça é justa quando pode ser comprada” — Eduardo Galeano;
- (D) “A justiça é uma troca” — Friedrich Nietzsche;
- (E) “A justiça pode irritar porque é precária. A verdade não se impacienta porque é eterna” — Ruy Barbosa.

**12**

“Não nos damos conta, de fato, de que a literatura e os saberes humanísticos, a cultura e a educação constituem o líquido amniótico ideal no qual podem se desenvolver vigorosamente as ideias de democracia, liberdade, justiça, laicidade, igualdade, direito à crítica, tolerância, solidariedade e bem comum.” - Nuccio Ordine

Ao compor a metáfora de a literatura, os saberes humanísticos, a cultura e a educação serem o líquido amniótico ideal de todas as ideias citadas logo em seguida, o autor compara esse processo com o(a):

- (A) maternidade;
- (B) revolução;
- (C) fábrica;
- (D) reflexão;
- (E) laboratório.

**13**

Observemos o raciocínio a seguir.

- Todo tribunal de júri contém jurados
- Este tribunal contém jurados
- Este tribunal é um tribunal de júri

Este silogismo mostra um problema, que é:

- (A) possuir mais de três termos;
- (B) mostrar uma premissa falsa;
- (C) conter uma ambiguidade;
- (D) ter uma errada distribuição de termos;
- (E) concluir sem ligação lógica com as premissas.

**14**

Observe o raciocínio a seguir.

- Os juízes acertam em suas decisões
  - A população deve acatar as decisões judiciais
- Nesse caso, a conclusão deve ser recusada porque:

- (A) a premissa não é verdadeira;
- (B) a conclusão não tem relação lógica com a premissa;
- (C) a conclusão provém de uma só premissa;
- (D) a premissa não contém os termos da conclusão;
- (E) a premissa é verdadeira, mas não é suficiente.

Texto 3

“Nenhum ser humano é uma ilha... por isso não perguntem por quem os sinos dobram. Eles dobram por cada um, por cada uma, por toda a humanidade. Se grandes são as trevas que se abatem sobre nossos espíritos, maiores ainda são as nossas ânsias por luz. (...) As tragédias dão-nos a dimensão da inumanidade de que somos capazes. Mas também deixam vir à tona o verdadeiramente humano que habita em nós, para além das diferenças de raça, de ideologia e de religião. E esse humano em nós faz com que juntos choremos, juntos nos enxuguemos as lágrimas, juntos oremos, juntos busquemos a justiça, juntos construamos a paz e juntos renunciemos à vingança.”

Leonardo Boff

**15**

Nesse segmento (texto 3), o autor:

- (A) apresenta sua própria opinião;
- (B) apresenta uma opinião como geral;
- (C) apresenta uma opinião alheia e a comenta;
- (D) apresenta e comenta sua opinião;
- (E) confronta diversas opiniões.

**16**

“Nenhum ser humano é uma ilha... por isso não perguntem por quem os sinos dobram. Eles dobram por cada um, por cada uma, por toda a humanidade.”

A marca característica do discurso moderno nesse segmento do texto 3 é:

- (A) a presença da intertextualidade;
- (B) a metaforização com um acidente geográfico;
- (C) a indicação separada de “cada um” e “cada uma”;
- (D) a utilização de vocábulos desusados como “dobrar”;
- (E) o emprego de reticências no meio da frase.

Texto 4

“Em oposição aos meus apaixonados sentimentos de justiça e deveres sociais, sempre experimentei a total ausência de me aproximar dos homens e das sociedades humanas. Aproximar-me só. Nunca me entreguei de corpo e alma a um círculo de amigos, ao Estado, nem à minha própria família. Pelo contrário, sempre senti nesses laços o indefinível sentimento de ser um estranho em seu desejo de solidão.”

Albert Einstein

**17**

Considerando o conteúdo global desse segmento (texto 4), podemos definir o pensamento de Einstein como:

- (A) contraditório;
- (B) egoísta;
- (C) sentimental;
- (D) materialista;
- (E) solidário.

**18**

O segmento (texto 4) abaixo em que a preposição “de” NÃO é exigida por nenhum termo anterior é:

- (A) “sentimentos de justiça”;
- (B) “aproximar dos homens”;
- (C) “me entreguei de corpo”;
- (D) “sentimento de ser um estranho”;
- (E) “desejo de solidão”.

**19**

Um teólogo russo, V. S. Soloviev, declarou: “Sinto vergonha, logo existo”.

A afirmação INADEQUADA sobre essa frase:

- (A) é parte de um silogismo em que falta a conclusão;
- (B) mostra intertextualidade com uma frase famosa;
- (C) emite uma opinião pessoal do seu autor;
- (D) exemplifica um texto de caráter argumentativo;
- (E) não traz as duas premissas de um silogismo.

**20**

“É belo ser-se justo. Mas a verdadeira justiça não permanece sentada diante da sua balança, a ver os pratos a oscilar. Ela julga e executa a sentença.”

Romain Rolland

A mudança proposta na estruturação desse segmento textual que se mostra INADEQUADA é:

- (A) ser-se justo / que se seja justo;
- (B) a verdadeira justiça / a justiça verdadeira;
- (C) diante da / em frente da;
- (D) a oscilar / oscilando;
- (E) julga e executa / executa e julga.

## CONTROLE EXTERNO

### 21

O Tribunal de Contas do Estado Beta, em processo de tomada de contas, concluiu pela ocorrência de dano ao patrimônio público, decidindo pela imputação de débito a Pedro. Na medida em que transcorreram cerca de dez anos entre a decisão do Tribunal de Contas e a sua execução pelo Estado Beta, Pedro procurou um advogado e o questionou sobre a possível ocorrência da prescrição.

O advogado respondeu, corretamente, que a pretensão de ressarcimento apresentada pelo Estado Beta com base na referida decisão do Tribunal de Contas era:

- (A) imprescritível, por se tratar de dano ao patrimônio público;
- (B) prescritível, devendo seguir o prazo estabelecido pelo Código Civil;
- (C) prescritível, devendo seguir o prazo adotado no âmbito da execução fiscal;
- (D) imprescritível, por se tratar de decisão decorrente de ato doloso de improbidade;
- (E) imprescritível, como são as pretensões alicerçadas em decisões do Tribunal de Contas.

### 22

O Tribunal de Contas do Estado Alfa, ao analisar a nomeação, pelo Prefeito Municipal, em cargos de provimento efetivo de professor, de cinquenta aprovados em concurso público no Município Beta, entendeu que parte das nomeações era ilícita. Argumentou que esse entendimento decorria do fato de as nomeações não terem cumprido os requisitos editalícios. Cientificada da decisão, a Câmara Municipal de Alfa, por unanimidade, decidiu que a totalidade das nomeações foi lícita. Com isso, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado Alfa não foi acolhido, quer pelo Poder Legislativo, quer pelo Poder Executivo municipal.

Com os olhos voltados a essa narrativa e à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a manifestação do Tribunal de Contas tinha natureza mandamental, mas a decisão final era da Câmara Municipal, junto à qual atuava como órgão auxiliar;
- (B) o Tribunal de Contas, por força do princípio da autonomia municipal, não tinha competência para analisar a juridicidade do ato praticado pelo Prefeito Municipal;
- (C) a manifestação do Tribunal de Contas era meramente opinativa, podendo deixar de ser acolhida pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal;
- (D) a manifestação do Tribunal de Contas era meramente opinativa, podendo deixar de ser acolhida pela maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- (E) a manifestação do Tribunal de Contas tinha natureza mandamental, não podendo deixar de ser observada, ainda que a Câmara Municipal tivesse entendimento diverso.

### 23

A autarquia Alfa, do Estado do Amazonas, ao tomar conhecimento de uma auditoria contábil, propôs ao Tribunal de Contas do Estado a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), com o objetivo de regularizar os seus procedimentos internos no lapso temporal indicado. De acordo com a proposta, seria suspensa a aplicação de sanções pelo Tribunal, conforme condições e prazos nele previstos, abrangendo, inclusive, os processos com decisão definitiva irrecorrível que versem sobre matéria correlata.

A proposta apresentada pela autarquia Alfa:

- (A) mostra-se injurídica apenas em relação à possibilidade de o TAG alcançar os processos com decisão definitiva irrecorrível;
- (B) é totalmente dissonante da juridicidade, já que apresentada a partir de uma auditoria contábil, não operacional;
- (C) mostra-se injurídica apenas em relação à suspensão da aplicação de sanções pelo Tribunal;
- (D) é totalmente dissonante da ordem jurídica pelo fato de a autarquia não ter legitimidade ativa;
- (E) não apresenta qualquer dissonância das normas legais de regência.

### 24

A associação de moradores Gama levou ao conhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas notícias de irregularidades praticadas por Pedro, ordenador de despesas no Município Alfa. Poucos meses depois, a associação solicitou certidão do inteiro teor do respectivo processo administrativo ao Tribunal de Contas.

À luz da sistemática legal vigente:

- (A) a certidão somente deve ser fornecida com a aquiescência de Pedro;
- (B) a certidão deve ser fornecida no prazo de quinze dias, mesmo que o processo esteja em curso;
- (C) a certidão somente deve ser fornecida após o processo de apuração ser concluído ou arquivado;
- (D) a certidão não pode ser fornecida, quer durante a tramitação do processo, quer após ser concluído ou arquivado;
- (E) o processo deve ser arquivado por ilegitimidade da associação, com posterior fornecimento da certidão.

### 25

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas constatou a prática de inúmeras e graves ilegalidades no âmbito de uma estrutura de poder. Constatou, ainda, que essas práticas retroagiam há alguns anos, isto apesar dos constantes registros de inspeção do órgão de controle interno, que analisara os respectivos atos e não fizera qualquer comunicação ao Tribunal de Contas.

Provada a omissão do órgão de controle interno, é correto afirmar que ele:

- (A) deve ser afastado pelo Tribunal de Contas;
- (B) deve ser advertido pelo Tribunal de Contas;
- (C) deve recolher multa em percentual de sua remuneração;
- (D) está sujeito às sanções previstas em lei, como responsável solidário;
- (E) está sujeito apenas à imputação de débito, de modo solidário com o agente público.

**26**

O Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas proferiu decisão de rejeição das contas apresentadas pelo Presidente de uma Câmara Municipal, que não apresentava qualquer obscuridade, omissão ou contradição.

Ao ser intimado do teor dessa decisão, o Presidente da Câmara Municipal pode interpor, no âmbito interno:

- (A) revisão;
- (B) reclamação;
- (C) recurso ordinário;
- (D) embargos de declaração;
- (E) pedido de reconsideração.

**27**

Uma Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, ao apreciar certo processo administrativo, entendeu ser necessária a realização de inspeção extraordinária em determinada estrutura orgânica do Poder Executivo.

Nesse caso, a inspeção deve ser:

- (A) previamente comunicada ao Poder Executivo, que informará o momento em que deve ser realizada;
- (B) realizada, caso haja deliberação de dois terços dos integrantes da Câmara;
- (C) realizada, caso haja deliberação da maioria dos integrantes da Câmara;
- (D) solicitada ao Tribunal Pleno do Tribunal de Contas;
- (E) solicitada ao Presidente do Tribunal de Contas.

**28**

Em razão do crescimento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, o quadro de pessoal do Ministério Público junto a esse Tribunal tornou-se insuficiente para oferecer o apoio administrativo necessário.

Nesse caso, a proposta de criação de novos cargos deve ser formulada, à Assembleia Legislativa, pelo:

- (A) Procurador-Geral do referido Ministério Público;
- (B) Órgão Especial do referido Ministério Público;
- (C) Tribunal Pleno do Tribunal de Contas;
- (D) Presidente do Tribunal de Contas;
- (E) Governador do Estado.

**29**

Joana, ao analisar os sistemas de controle externo, concluiu que a República Federativa do Brasil somente adota o controle contábil, no qual prevalece o primado da legalidade e é relegado a plano secundário o juízo de valor realizado pelo gestor.

As reflexões de Joana são:

- (A) incorretas, pois o controle externo também analisa os atos de gestão à luz dos resultados que foram almejados e efetivamente alcançados;
- (B) incorretas, pois o controle externo deve priorizar os custos envolvidos nos atos praticados, o que não se sobrepõe ao aspecto meramente contábil;
- (C) incorretas, pois a análise da legalidade dos atos praticados se compatibiliza com os controles prévio e posterior, o que ultrapassa a análise meramente contábil;
- (D) corretas, já que o controle externo não pode resultar na absorção da atividade controlada, o que ocorreria caso fosse obstado o exercício do poder discricionário;
- (E) corretas, pois o controle externo é realizado na dinâmica das relações entre as estruturas estatais de poder, em que predomina o princípio da separação das funções estatais.

**30**

Comissão mista permanente de Senadores e Deputados, incumbida de examinar e emitir parecer prévio sobre os projetos de leis orçamentárias, bem como sobre planos e programas governamentais, realizando, ainda, o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, solicitou ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo, no prazo de trinta dias, sobre a existência de indícios de despesas não autorizadas em uma estrutura governamental.

À luz da sistemática constitucional vigente, essa solicitação:

- (A) não apresenta qualquer irregularidade, considerando o órgão que a formulou e o seu destinatário;
- (B) pressupõe a prévia solicitação de informações à autoridade governamental competente;
- (C) pressupõe o prévio julgamento das contas de governo pelo Congresso Nacional;
- (D) dependeria de prévia aprovação do plenário do Congresso Nacional;
- (E) somente poderia ser feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**31**

Em processo de prestação de contas de certo gestor municipal, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas identificou determinadas impropriedades e faltas. Ainda assim, ao final do processo, o TCE/AM julgou as contas regulares com ressalva.

No caso em tela, de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, o Tribunal:

- (A) não poderá aplicar multa, eis que as contas objeto do processo foram julgadas regulares;
- (B) não poderá aplicar multa, exceto se a Corte constatar dano ao erário, ocasião em que deverá aplicar multa de até 50% do valor do dano causado ao erário;
- (C) não poderá aplicar multa, exceto se a Corte constatar dano ao erário, ocasião em que deverá aplicar multa de até o dobro do valor do dano causado ao erário;
- (D) poderá aplicar multa de até 30% do valor previsto na norma de regência, hipótese em que a quitação ao responsável estará condicionada ao seu pagamento;
- (E) poderá aplicar multa de até o dobro da remuneração do gestor público, hipótese em que a quitação ao responsável estará condicionada ao seu pagamento.

**32**

Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, consoante dispõe o Regimento Interno da Corte (Resolução nº 04/2002):

- (A) promover a instauração de processos de tomada de contas e de tomada de contas especial e aplicar as penalidades previstas em lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao jurisdicionado e o direito de recurso ao plenário da Corte de Contas;
- (B) executar diretamente as obrigações de pagar não cumpridas voluntariamente pelos jurisdicionados que foram condenados pela Corte de Contas com imposição de multas e as sentenças condenatórias a pagamento em alcance e débitos verificados nos processos;
- (C) relatar os processos administrativos referentes a deveres e disciplina dos Conselheiros, Auditores e servidores do Tribunal, encaminhando ao plenário da Corte seu voto com pedido de inclusão prioritária e vinculante em pauta de julgamento;
- (D) coordenar a organização e aprovar as listas de órgãos e entidades jurisdicionadas para efeito de repartição dos serviços nas diversas unidades internas da Secretaria de Controle Externo, na forma regimental, assim como assinar os acordos de cooperação, convênios, contratos e outros ajustes com outros órgãos e entidades;
- (E) opinar, verbalmente ou por escrito, nos processos de tomada de contas, de tomada de contas especial e de prestação de contas, de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, de disponibilidade, de admissão de pessoal, contratos e congêneres, convênios e outros ajustes, além de outros estabelecidos no Regimento Interno e nos regulamentos da Corte.

**33**

O servidor público estadual do Amazonas João, insatisfeito com a decisão do Diretor do Departamento de Recursos Humanos que lhe negou um benefício a que entendia ter direito, ingressou com recurso administrativo. O servidor Antônio, autoridade competente para julgamento do recurso, não deu provimento ao recurso interposto por João, mas não motivou seu ato, deixando de indicar os fatos e os fundamentos jurídicos de sua decisão.

Levando em consideração que, à luz das normas de regência e da situação fática, João realmente não tinha direito subjetivo ao benefício pleiteado, o ato administrativo de desprovimento do recurso praticado por Antônio:

- (A) está viciado, por ilegalidade no elemento motivo;
- (B) está viciado, por ilegalidade no elemento forma;
- (C) está viciado, por ilegalidade no elemento finalidade;
- (D) não está viciado, pela teoria dos motivos determinantes;
- (E) não está viciado, pois o motivo do ato existe e é válido.

**34**

Imagine as duas situações hipotéticas a seguir ocorridas no ano de 2019.

I. O Estado do Amazonas publicou regularmente edital de licitação para realização de procedimento licitatório para prestação de determinados serviços, mas todos os licitantes foram inabilitados.

II. O Estado do Amazonas publicou regularmente edital de licitação para realização de procedimento licitatório para aquisição de determinados bens, mas nenhum interessado compareceu para participar do certame.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a Lei nº 8.666/1993, os casos narrados representam, respectivamente, licitações:

- (A) perdida e frustrada, sendo que aquela primeira pode dar azo à inexigibilidade de licitação, quando justificadamente não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas;
- (B) frustrada e deserta, sendo que esta segunda pode dar azo à inexigibilidade de licitação, quando justificadamente não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas;
- (C) fracassada e deserta, sendo que esta segunda pode dar azo à dispensa de licitação, quando justificadamente não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas;
- (D) deserta e perdida, sendo que esta segunda pode dar azo à dispensa de licitação, quando justificadamente não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas;
- (E) deserta e fracassada, sendo que aquela primeira pode dar azo à inexigibilidade de licitação, quando justificadamente não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas.



**35**

Em relação aos tipos de licitação, que se vinculam aos critérios de julgamento da licitação, a nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021) estabelece que o julgamento por:

- (A) maior desconto terá como referência o preço parcial para cada espécie de bens ou serviços fixada no edital de licitação, e o desconto não será obrigatoriamente estendido aos eventuais termos aditivos, exceto se houver acordo entre as partes contratantes;
- (B) melhor técnica ou conteúdo artístico considerará as propostas técnicas ou produções artísticas disponíveis no mercado, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores, considerando os princípios da legalidade e da economicidade;
- (C) maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato;
- (D) técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta, sendo que o requisito de preço deverá ter valoração de, ao menos, o dobro do de técnica;
- (E) menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade existentes no mercado, e os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção e impacto ambiental do objeto licitado, não poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio.

**36**

O sindicato dos servidores de determinado Tribunal de Contas estadual provocou a Presidência da Corte para analisar a possibilidade de criação de um regime próprio de previdência social específico para os membros e servidores daquele TCE, que seria gerido com maior eficiência no que tange ao equilíbrio financeiro e atuarial.

Em resposta à provocação classista, o Presidente do TCE informou que, de acordo com o texto constitucional, em especial após a Emenda Constitucional nº 103/2019 (reforma da previdência), o pleito, em tese, é:

- (A) viável, para desonerar o poder público, na medida em que o regime próprio de previdência social tem uma relevante função social e, por isso, tem sua necessidade de financiamento compensada, quando necessário, pelo poder público, o que pode comprometer o orçamento público estadual;
- (B) viável, como fomento de uma política pública de Estado, envolvendo o planejamento e a ação governamental em um processo voltado a atingir objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados que beneficiem diretamente os servidores públicos envolvidos e indiretamente toda a coletividade;
- (C) inviável, eis que é vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento;
- (D) inviável, eis que é vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, mas é possível que o TCE atue como segundo órgão ou entidade gestora do regime já existente;
- (E) inviável, eis que os servidores públicos do TCE, a partir da mencionada emenda constitucional, se submetem ao regime geral de previdência social de caráter contributivo e de filiação obrigatória, razão por que faltaria interesse do TCE para a criação de um regime próprio de previdência social específico.

**37**

O Estado Alfa firmou contrato de gestão com a Organização Social (OS) Gama para o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde no Hospital Estadual Beta. No caso em tela, na busca do cumprimento dos objetivos comuns indicados pelas partes no contrato de gestão, de acordo com as disposições legais aplicáveis:

- (A) à OS Gama se aplica o controle externo exercido pela Secretaria Estadual de Saúde, mediante seu poder hierárquico, pois integra a Administração indireta;
- (B) ao Poder Executivo do Estado Alfa é facultada a cessão especial de servidor para a OS Gama, com ônus para a origem;
- (C) a OS Gama não se submete diretamente à lei de improbidade administrativa, nem se sujeita a controle financeiro e contábil pelo Tribunal de Contas, por ostentar personalidade jurídica de direito privado;
- (D) o conselho de administração da OS Gama deve estar estruturado nos termos em que dispuser o seu respectivo estatuto, permitindo o controle social e vedada a participação de representantes do poder público;
- (E) a OS Gama deve possuir finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de metade de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, facultada a divisão de lucros da outra metade aos associados.

**38**

A doutrina de Direito Administrativo classifica o controle da administração pública, quanto à extensão do controle, como interno e externo.

É exemplo de controle externo quando:

- (A) o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas aprecia as contas prestadas semestralmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio;
- (B) o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeações para cargo de provimento em comissão praticados pelo Executivo;
- (C) o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas instala Comissão Parlamentar de Inquérito, para a apuração de fato determinado e por prazo certo;
- (D) a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas elege sua Mesa e constitui suas Comissões, com representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares;
- (E) a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas susta determinado ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar.

**39**

João, Secretário Municipal de Fazenda, com o objetivo de fomentar a prestação de serviços locais na iniciativa privada, praticou ato administrativo concedendo benefício tributário contrário ao que dispõe a legislação de imposto sobre serviços.

De acordo com a tipologia da Lei nº 8.429/1992, João praticou uma espécie de ato de improbidade administrativa que:

- (A) importa enriquecimento ilícito e tem como uma de suas sanções a perda da função pública, caso ainda esteja exercendo;
- (B) atenta contra os princípios da administração pública e tem como uma de suas sanções a suspensão dos direitos políticos de quatro a oito anos;
- (C) decorre de concessão indevida de benefício financeiro ou tributário e tem como uma de suas sanções a multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido;
- (D) atenta contra os princípios da administração pública e tem como uma de suas sanções a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de cinco anos;
- (E) causa prejuízo ao erário e tem como uma de suas sanções a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

**40**

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa, após regular e formal processo legislativo, editou uma lei estadual declarando o imóvel de João como de utilidade pública, para fins de desapropriação. O imóvel objeto do ato legislativo estava alugado por João a Fernanda e, em razão da lei, o contrato de locação foi rescindido. Após três anos, o Estado Alfa desistiu de proceder à desapropriação e João conseguiu reunir provas de que nunca existiu a utilidade pública declarada anteriormente pela lei.

Em razão dos danos materiais sofridos por João, como aqueles decorrentes da rescisão do contrato de locação, eventual ação indenizatória:

- (A) não deve ser ajuizada, eis que a lei estadual seguiu regular e formal processo legislativo, e o poder público tem a discricionariedade de dar prosseguimento ou não à desapropriação;
- (B) não deve ser ajuizada, pois atos legislativos não dão azo à responsabilidade civil do estado, pelos princípios da independência e separação dos Poderes;
- (C) deve ser ajuizada em face da Assembleia Legislativa, que foi a responsável pelo ato legislativo inconstitucional, diante de sua responsabilidade civil objetiva;
- (D) deve ser ajuizada em face do Estado Alfa, diante de sua responsabilidade civil objetiva em razão da lei de efeitos concretos editada, com base na teoria do risco administrativo;
- (E) deve ser ajuizada em face da Assembleia Legislativa, diante de sua responsabilidade civil subjetiva em razão dos efeitos materiais da lei editada, com base em sua personalidade judiciária.

**41**

No interior das dependências do presídio estadual Gama, funciona uma lanchonete, administrada por Maria, que realizou diversas obras no local para instalar seu comércio. Durante inspeção do Ministério Público Estadual, o Promotor de Justiça verificou que Maria possuía um contrato administrativo assinado com o Estado, representado pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, por prazo determinado, sem que, contudo, tenha sido precedido de procedimento licitatório.

Após instaurar inquérito civil para apurar a legalidade do consentimento estatal para utilização do bem público por Maria, o Ministério Público Estadual concluiu que o contrato:

- (A) não está viciado, por se tratar de autorização de uso, que prescinde de licitação prévia;
- (B) não está viciado, por se tratar de permissão de uso, que prescinde de licitação prévia;
- (C) está viciado, por se tratar de concessão de direito real de uso, que depende de licitação prévia;
- (D) está viciado, por se tratar de concessão de uso, que depende de licitação prévia;
- (E) está viciado, por se tratar de permissão de uso, que prescinde de licitação prévia.

**42**

Durante a pandemia do novo coronavírus, o Município Alfa contratou, com dispensa emergencial de licitação, a sociedade empresária Beta para construção de um hospital de campanha. João, sócio administrador da sociedade empresária Beta, pagou propina para o Prefeito Alfredo, para fins de fraudar, mediante direcionamento e superfaturamento, a contratação.

No caso em tela, sem prejuízo das demais sanções previstas no ordenamento jurídico, à luz da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em razão dos narrados atos lesivos à administração pública, a sociedade empresária Beta responde:

- (A) objetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador João responde subjetivamente;
- (B) subjetivamente nas esferas cível e administrativa, assim como seu sócio administrador João;
- (C) objetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador João não responde pessoalmente, para evitar o *bis in idem*;
- (D) subjetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador João não responde pessoalmente, para evitar o *bis in idem*;
- (E) subjetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador João responde objetivamente.

**43**

Em matéria de intervenção do Estado na propriedade, a chamada desapropriação especial urbana se dá por interesse social para a política urbana.

A desapropriação especial urbana é de competência:

- (A) concorrente dos estados, municípios e Distrito Federal, tem função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendam a sua função social, e há necessidade de pagamento de prévia e justa indenização;
- (B) concorrente da União, estados, municípios e Distrito Federal, tem função pedagógica, uma vez que recai sobre imóveis urbanos subutilizados, e há necessidade de pagamento de ulterior e justa indenização;
- (C) concorrente dos estados, municípios e Distrito Federal, tem função pedagógica, uma vez que recai sobre imóveis urbanos subutilizados, e há necessidade de pagamento de ulterior e justa indenização;
- (D) exclusiva dos municípios, tem função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendam a sua função social, e há necessidade de pagamento de prévia e justa indenização;
- (E) exclusiva dos municípios que possuem plano diretor, tem função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendam a sua função social, e a indenização será feita com pagamento em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**44**

Em período de plena normalidade, sem qualquer restrição imposta pela legislação de regência, o Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa foi acusado, por um grupo de parlamentares, de ter se omitido em dar cumprimento à ordem constitucional, já que, nos últimos dois anos, deixara de encaminhar o projeto de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo e das demais estruturas estatais de poder.

Na medida em que a informação de ausência de encaminhamento do referido projeto de lei era verdadeira, é correto afirmar que o Chefe do Poder Executivo:

- (A) apenas estava obrigado a encaminhar o projeto de revisão geral anual afeto aos servidores do Poder Executivo;
- (B) estava obrigado a encaminhar o projeto de revisão geral anual, o que ocorreria de modo conjunto com os chefes das demais estruturas estatais de poder;
- (C) estava obrigado a encaminhar o projeto de revisão geral anual dos seus servidores, que seria o limite a ser observado pelos servidores das demais estruturas;
- (D) deve se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão, de modo a afastar o direito à indenização por parte dos servidores;
- (E) deu azo a uma omissão inconstitucional, que pode ser suprida por índice definido pelo Poder Judiciário, com base na inflação do período, conforme os indicadores oficiais.

**45**

Maria, servidora do Município Alfa, ingressou com ação judicial em face desse ente federativo sob o argumento de que o seu vencimento-base fora fixado, por decreto, em valor inferior ao salário mínimo, sendo que, com o acréscimo das demais vantagens estatutárias, esse patamar é ultrapassado.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a fixação do vencimento-base apresenta:

- (A) vícios de forma e de essência, pois o vencimento-base deve ser fixado em lei, não em decreto, e não pode ser inferior ao salário mínimo;
- (B) apenas vício de forma, pois o vencimento-base deve ser fixado em lei e o que não pode ser inferior ao salário mínimo é o valor total da remuneração;
- (C) total juridicidade quanto à forma e à essência, pois o vencimento-base é necessariamente definido em decreto e pode ser inferior ao salário mínimo;
- (D) apenas vício de essência, pois o vencimento-base deve ser detalhado em decreto, observados os balizamentos legais, e não pode ser inferior ao salário mínimo;
- (E) vícios de forma e de essência, pois o vencimento-base deve ser fixado em lei, ressalvada a existência de delegação expressa, e não pode ser inferior ao salário mínimo.

**46**

Lei complementar editada pela União foi muito comemorada pelos contribuintes do ICMS, já que assegurara ao sujeito passivo da obrigação tributária, a partir do exercício financeiro subsequente, o direito de creditar-se do imposto anteriormente pago em operações de que tenha resultado a entrada de mercadorias para o ativo permanente. Ocorre que, cinco dias antes do início do exercício financeiro em que o creditamento começaria a ocorrer, foi editada nova lei complementar, alterando a anterior e postergando a fruição desse direito por cinco exercícios.

Ao ser consultado a respeito da compatibilidade dessa alteração com a ordem constitucional, um advogado respondeu, corretamente, que ela:

- (A) afronta o princípio da anterioridade;
- (B) afronta o direito adquirido ao crédito tributário;
- (C) afronta o princípio da anterioridade nonagesimal;
- (D) é constitucional, não havendo afronta à anterioridade, pois ICMS é um tributo não cumulativo;
- (E) é constitucional, não havendo afronta à anterioridade nonagesimal, pois não há aumento de tributo.

**47**

Joana, motorista de ônibus profissional, foi notificada de que lhe fora imposta a pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor, isto em razão de sua condenação pela prática de homicídio culposo na condução de veículo dessa natureza.

À luz da ordem constitucional vigente, a sanção aplicada a Joana é:

- (A) inconstitucional, pois afronta o direito fundamental ao livre exercício profissional;
- (B) inconstitucional, por se tratar de sanção política, que destoa da razão de ser de uma pena imposta em processo penal;
- (C) inconstitucional, por destoar do princípio da proporcionalidade, considerando o bem tutelado e o bem restringido;
- (D) constitucional, pois não há direito absoluto ao exercício de atividade profissional e se ajusta ao princípio de individualização da pena;
- (E) constitucional, pois as sanções penais devem ser aplicadas a todos que pratiquem a conduta descrita no tipo penal, de modo igualitário, nos planos qualitativo e quantitativo.

**48**

Pedro foi intimado do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, que o considerou culpado pela prática de crime contra a fé pública, condenando-o à pena privativa de liberdade, que foi substituída por pena restritiva de direitos. Considerando a sua aspiração de concorrer a um cargo eletivo, um amigo lhe informou que sua cidadania estava suspensa em suas acepções ativa e passiva.

A informação do amigo de Pedro está:

- (A) errada, pois tão somente a pena privativa de liberdade gera essa consequência, enquanto produzir efeitos;
- (B) certa, pois a pena restritiva de direitos gera essa consequência, enquanto produzir efeitos;
- (C) parcialmente certa, pois a cidadania de Pedro somente foi suspensa em sua acepção passiva;
- (D) errada, pois a cidadania, como fator nuclear da democracia, não é suscetível de ser suspensa;
- (E) parcialmente certa, pois a cidadania de Pedro somente foi suspensa em sua acepção ativa.

**49**

Em razão da explosão de loja de fogos de artifício clandestina, na qual a pólvora não era armazenada com observância das normas de segurança, Antônio sofreu ferimentos que o levaram à morte. Em razão desse fato, Maria, sua esposa, ingressou com a ação de reparação de danos em face do Município Alfa, no qual estava localizada a loja.

Em situações como a descrita, o Município Alfa:

- (A) deve ser responsabilizado com base na teoria do risco integral;
- (B) somente pode ser responsabilizado com base na teoria civilista da culpa;
- (C) não pode ser responsabilizado em hipótese alguma, já que o ilícito decorreu da ação de particulares;
- (D) só pode ser responsabilizado se forem do seu conhecimento as irregularidades praticadas no âmbito da loja;
- (E) deve ser responsabilizado com base na teoria do risco objetivo, em razão de sua omissão no dever de fiscalizar.

**50**

Edna, Deputada Federal, foi procurada por um grupo de ativistas políticas, que pretendiam a alteração da legislação previdenciária, de modo que a outorga de pensão por morte, em razão do falecimento de servidor público do sexo feminino, sendo devida ao cônjuge ou companheiro supérstite, do sexo masculino, estivesse condicionada à comprovação de invalidez e de dependência econômica desse último. Isso, no entanto, não ocorreria na hipótese inversa, vale dizer, quando o falecido fosse do sexo masculino e o beneficiário do sexo feminino.

Em razão da consulta formulada, a assessoria de Edna, à luz da sistemática constitucional, respondeu, corretamente, que a fruição da pensão por morte, pelo cônjuge ou companheiro varão, deve se dar em condições:

- (A) idênticas às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, salvo permissivo veiculado em lei complementar editada pela União;
- (B) necessariamente distintas, mais restritivas, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, com o que se alcança a igualdade material;
- (C) idênticas às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, o que decorre da necessária igualdade formal que deve prevalecer entre ambos;
- (D) necessariamente distintas, mais restritivas, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, enquanto verdadeira ação afirmativa;
- (E) necessariamente distintas, mais favoráveis, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, o que decorre do fato de homens se aposentarem mais tarde.

**51**

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa vetou de modo expresso parte do Projeto de Lei nº XX/2021, aprovado pela Assembleia Legislativa, tendo silenciado em relação à parte restante. O veto à parte do projeto foi devidamente comunicado ao Poder Legislativo, que decidiu derrubá-lo em sessão realizada três meses depois.

À luz da sistemática constitucional vigente, em relação ao silêncio do Chefe do Poder Executivo quanto à parte do projeto, tal importa em:

- (A) veto tácito, enquanto a parte do veto derrubado será promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa;
- (B) sanção tácita, devendo ser promulgada, ao final do processo legislativo, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, após a derrubada do veto;
- (C) sanção tácita, devendo ser a lei promulgada; enquanto a parte do veto derrubado será encaminhada para a promulgação do referido agente;
- (D) sanção tácita, devendo ser promulgada pelo referido agente, ao final do processo legislativo, juntamente com a parte do veto derrubado;
- (E) sanção tácita, devendo ser a lei promulgada; enquanto a parte do veto derrubado será promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

**52**

João, Vereador na Câmara Municipal de Gama, tomou conhecimento de que a União teve considerável arrecadação do “imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários”, incidente sobre o ouro, enquanto ativo financeiro ou instrumento cambial. Como as operações de origem foram realizadas em grande parte no Município Gama, João consultou sua assessoria se a União iria transferir a esse ente federativo uma parte da arrecadação, bem como se isto teria alguma influência sobre a receita que integraria a base de cálculo do percentual afeto às despesas do Poder Legislativo municipal.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Município Gama:

- (A) deve receber 30% do montante arrecadado com as operações realizadas em seu território e o valor assim transferido integrará apenas a base de cálculo do limite percentual das despesas de pessoal do Legislativo municipal;
- (B) deve receber 50% do montante arrecadado com as operações realizadas em seu território e o valor assim transferido integrará apenas a base de cálculo do limite percentual das despesas de pessoal do Legislativo municipal;
- (C) é responsável pela arrecadação do montante total das operações realizadas em seu território e o valor assim arrecadado integrará a base de cálculo do limite percentual do total das despesas do Legislativo municipal;
- (D) deve receber 70% do montante arrecadado com as operações realizadas em seu território e o valor assim transferido integrará a base de cálculo do limite percentual do total das despesas do Legislativo municipal;
- (E) é responsável pela arrecadação do valor devido nas operações realizadas em seu território e 50% desse montante integrará a base de cálculo do limite percentual das despesas de pessoal do Legislativo municipal.

**53**

Roberta, Prefeita do Município Gama, solicitou que sua assessoria esclarecesse que espécie normativa deveria ser utilizada para a definição da obrigação de pequeno valor, devida pelo Município em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado, de modo a afastar a expedição de precatórios, bem como se há algum balizamento constitucional quanto ao seu valor máximo ou mínimo.

A assessoria, após informar sobre a existência de norma constitucional de transição a respeito dessa temática, esclareceu que a matéria deveria ser disciplinada:

- (A) na Lei Orgânica do Município, bem como que o valor mínimo dessa obrigação não poderia ser inferior ao valor do salário mínimo;
- (B) em Lei complementar da União, bem como que o valor máximo dessa obrigação não poderia ser superior a dez vezes o valor do salário mínimo;
- (C) em lei ordinária do Município, bem como que o valor mínimo dessa obrigação não poderia ser inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social;
- (D) em lei ordinária da União, bem como que o valor mínimo dessa obrigação não poderia ser inferior à metade do valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social;
- (E) na Constituição Estadual, bem como que o valor máximo dessa obrigação não poderia ser superior a três vezes o valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social.

**54**

Por ocasião das discussões a respeito do projeto de lei orçamentária anual, encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, os parlamentares dos partidos políticos Alfa e Beta deliberaram que as emendas individuais impositivas iriam alocar recursos, para os Municípios escolhidos, por meio de transferência especial. Ao tomar conhecimento dessa deliberação, um jornal de grande circulação afirmou que essa espécie de transferência (1) exigia a celebração de convênio ou instrumento congênere para a sua efetivação; (2) pertenceria ao respectivo Município no ato da efetiva transferência financeira; e (3) seria aplicada em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo municipal, sendo uma parte em despesas de capital, observados os balizamentos constitucionais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, quanto às informações veiculadas, que:

- (A) todas estão corretas;
- (B) apenas a 1 está correta;
- (C) apenas a 2 está correta;
- (D) apenas a 1 e a 3 estão corretas;
- (E) apenas a 2 e a 3 estão corretas.

**55**

O Município Alfa editou a Lei nº XX/2021, instituindo a taxa de uso e ocupação de faixas de domínio público nas vias públicas, devida em razão do poder de polícia exercido sobre as atividades de estruturação de rede de transmissão e de distribuição de energia elétrica, desenvolvidas por sociedades empresárias privadas. O exercício do poder de polícia consistiria na verificação da localização e da dimensão das instalações, incluindo a distância mínima necessária entre elas.

À luz da sistemática constitucional, a Lei nº XX/2021 é:

- (A) constitucional, considerando se tratar de matéria de interesse local, decorrendo a cobrança do efetivo exercício do poder de polícia;
- (B) constitucional, já que a cobrança de taxas decorre do efetivo exercício do poder de polícia pelo ente federativo, com abstração da natureza da matéria;
- (C) inconstitucional, considerando competir à União explorar os serviços e instalações de energia elétrica e legislar sobre a matéria;
- (D) inconstitucional, considerando não competir aos Municípios a edição de leis visando à instituição de taxas pelo exercício do poder de polícia;
- (E) inconstitucional, pois o uso e a ocupação de faixas de domínio público, em razão de suas características ontológicas, não podem configurar fato gerador da taxa.

## DIREITO FINANCEIRO

56

O Estado Alfa pretende implantar, em 2021, um programa de disponibilização de suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais seguindo os padrões mínimos estabelecidos na Constituição da República de 1988.

De acordo com os parâmetros constitucionais sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a periodicidade de divulgação pode ser livremente estabelecida pelo órgão central de contabilidade estadual;
- (B) a divulgação em meio eletrônico de amplo acesso público é facultativa;
- (C) o formato dos dados divulgados segue padrão determinado pela União;
- (D) o tipo de sistema a ser utilizado será estabelecido por ato do Tribunal de Contas da União;
- (E) a periodicidade de divulgação será estabelecida por Resolução do Senado Federal, no exercício de sua competência sobre finanças públicas.

57

Ao analisar a observância do limite de despesa total com pessoal de certo Município, Auditor do TCE encontrou o seguinte quadro:

1. não se contabilizava como despesa de pessoal a parcela não paga da remuneração bruta dos servidores que ultrapassava o teto constitucional do Art. 37, XI, CRFB/1988;
2. os valores dos contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos eram contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal";
3. a despesa total com pessoal atingia o percentual de 59,5% da receita corrente líquida.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) os procedimentos previstos nos nºs 1, 2 e 3 acima estão corretos;
- (B) os procedimentos previstos nos nºs 2 e 3 acima estão corretos, mas o procedimento previsto no nº 1 está incorreto;
- (C) o procedimento previsto no nº 3 acima está correto, mas os procedimentos previstos nos nºs 1 e 2 estão incorretos;
- (D) os procedimentos previstos nos nºs 1 e 3 acima estão corretos, mas o previsto no nº 2 está incorreto;
- (E) os procedimentos previstos nos nºs 1, 2 e 3 acima estão incorretos.

58

O Estado Alfa pretendia realizar transferências voluntárias de recursos financeiros ao Município Beta, mas verificou que este ainda não havia instituído taxa de coleta domiciliar de lixo, nem contribuição de iluminação pública para custeio dos respectivos serviços públicos efetivamente prestados pela municipalidade. Ademais, não havia instituído o IPTU, por ter uma diminuta área urbana. Ante tal constatação, o Estado Alfa impediu que os trâmites para tais transferências seguissem adiante.

Diante desse cenário, o Estado poderia impedir tal transferência pela:

- (A) não instituição da taxa, da contribuição e do IPTU;
- (B) não instituição da taxa e da contribuição, mas não do IPTU;
- (C) não instituição do IPTU e da taxa, mas não da contribuição;
- (D) não instituição da taxa, mas não da contribuição e do IPTU;
- (E) não instituição do IPTU, mas não da taxa e da contribuição.

59

O Estado Alfa apurou que, em período de 12 meses, sua receita corrente foi de 10 bilhões de reais, e sua despesa corrente de 9,6 bilhões de reais. Tal Estado deseja contrair empréstimo com a União.

Diante desse cenário, o Estado poderá realizar sem que seja impedido de fazer tal empréstimo:

- (A) concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária;
- (B) refinanciamento de dívidas que implique ampliação das despesas;
- (C) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- (D) reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;
- (E) criação de despesa obrigatória.

60

Considere um crédito decorrente de sentença que condenou o Estado Alfa a pagar atrasados de pensão por morte no valor de R\$ 60.000,00 a José, de 55 anos; e outro crédito oriundo de sentença que condenou o mesmo Estado a pagar diferenças salariais à servidora estadual Maria, de 61 anos, no valor de R\$ 90.000,00.

Observando que lei estadual fixa em R\$ 20.000,00 o limite máximo para expedição de requisição de pequeno valor, é correto afirmar que:

- (A) Maria deverá receber seu valor integralmente com preferência sobre José;
- (B) José deverá receber seu valor integralmente com preferência sobre Maria;
- (C) Maria deverá receber R\$ 60.000,00 com preferência sobre José, e os outros R\$ 30.000,00 não têm preferência sobre o crédito de José;
- (D) José deverá receber R\$ 40.000,00 com preferência sobre Maria, e os outros R\$ 20.000,00 não têm preferência sobre o crédito de Maria;
- (E) não há qualquer preferência entre os créditos de ambos.

**61**

O Presidente da República, por Decreto, reduziu a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos eletrodomésticos, com vistas a estimular o consumo popular.

Diante desse cenário, tal ato normativo:

- (A) deveria ser veiculado por lei específica, e não por decreto;
- (B) necessita estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro para sua validade;
- (C) por se tratar de mecanismo de tributação extrafiscal, não necessita de medidas compensatórias desta queda de arrecadação de IPI;
- (D) deve estar acompanhado de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- (E) deve estar acompanhado de demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

**62**

Num Estado cuja Constituição admite a espécie normativa Medida Provisória (MP), uma MP autorizou a abertura de créditos orçamentários adicionais para custeio do estabelecimento de uma nova autarquia estadual na área de preservação ambiental.

Diante desse cenário, trata-se da abertura de crédito orçamentário:

- (A) suplementar, que não pode ser aberto por meio de Medida Provisória;
- (B) especial, que não pode ser aberto por meio de Medida Provisória;
- (C) especial, que pode ser aberto por meio de Medida Provisória;
- (D) extraordinário, que pode ser aberto por meio de Medida Provisória;
- (E) extraordinário, que não pode ser aberto por meio de Medida Provisória.

**63**

A dívida consolidada do Estado Alfa ultrapassou o limite estabelecido por Resolução do Senado Federal ao final de um certo quadrimestre.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o excedente deve ser reduzido em pelo menos 40% no primeiro quadrimestre;
- (B) a dívida consolidada deverá ser reconduzida ao limite até o término dos três quadrimestres subsequentes;
- (C) o limite da dívida consolidada líquida dos Estados é de 1,2 vezes a receita corrente líquida;
- (D) após o final do segundo quadrimestre, perdurando o excesso, o Estado Alfa fica impedido de receber transferências voluntárias da União;
- (E) enquanto perdurar o excesso, o Estado Alfa estará proibido de realizar operação de crédito para pagamento de dívidas mobiliárias.

**64**

A União todos os anos cobra, referente aos chamados “terrenos de marinha”, valores de foro ou de taxa de ocupação.

Não pagos espontaneamente tais valores pelos devedores, após o vencimento da obrigação, eles serão inscritos:

- (A) em Dívida Ativa Não Tributária da União, tanto no caso de valores de foro como de taxa de ocupação;
- (B) em Dívida Ativa Tributária da União, tanto no caso de valores de foro como de taxa de ocupação;
- (C) em registro próprio não componente da Dívida Ativa da União, mantido pela Secretaria de Patrimônio da União;
- (D) em Dívida Ativa Não Tributária da União, no caso de valores de foro, e em Dívida Ativa Tributária da União, no caso de valores de taxa de ocupação;
- (E) em Dívida Ativa Não Tributária da União, no caso de valores de taxa de ocupação, e em Dívida Ativa Tributária da União, no caso de valores de foro.

**65**

Ao final de um bimestre, percebeu-se que a realização da receita do Estado Alfa poderia não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, a ensejar a utilização do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira.

A respeito desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) as metas de resultado primário ou nominal estão estabelecidas no Anexo de Política Fiscal;
- (B) poderão ser limitadas as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- (C) o prazo para promover a limitação de empenho é de 45 dias contados a partir do final do bimestre;
- (D) não serão objeto de limitação as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade;
- (E) no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á a partir do primeiro mês do ano subsequente.



## DIREITO PENAL

66

Desejando apropriar-se de dinheiro público, Caio, funcionário concursado da Prefeitura de Manaus, elabora o seguinte plano criminoso: (1) valendo-se de seu cargo e função na secretaria de fazenda daquele município, Caio cadastra a conta-corrente da empresa de seu cunhado Tício como sendo uma das contas de uma das empresas que vencerá uma licitação para execução de serviços à prefeitura; (2) ao realizar a autorização para pagamento dessa empresa, Caio destina apenas 95% dos valores à conta-corrente da empresa regularmente contratada e 5% para a conta-corrente da empresa de seu cunhado; (3) Tício, por sua vez, saca os valores, dividindo-os com Caio na proporção de 50% para cada um; (4) Mévio, também funcionário concursado da prefeitura e trabalhando na mesma secretaria, cuja responsabilidade é conferir os pagamentos autorizados por Caio antes da liberação, deixa, por negligência, de fazer a conferência, de modo que o desvio ocorre.

A responsabilidade penal de Caio, Tício e Mévio, respectivamente, se configura como:

- (A) peculato doloso, estelionato qualificado, peculato culposo;
- (B) peculato doloso, peculato doloso, peculato culposo;
- (C) peculato culposo, peculato doloso, nenhum crime;
- (D) peculato doloso, peculato doloso, nenhum crime;
- (E) estelionato qualificado, estelionato qualificado, nenhum crime.

67

Caio e Tício são sócios e únicos diretores responsáveis por uma empresa de construção. Desejosos de participar de uma licitação para a construção de uma escola pública e movidos pelo interesse de executar uma obra impecável, apresentam uma proposta 15% mais barata do que os valores normalmente contratados com o setor público para obras semelhantes. Contudo, considerando que o edital exigia que a empresa contratada não tivesse sido declarada inidônea – requisito que a empresa de Caio e Tício não possuía – os sócios decidem forjar um documento simulando que a declaração de inidoneidade de sua empresa fora anulada judicialmente. Ao final do processo licitatório, a empresa de Caio e Tício é selecionada e a obra é executada pelo valor previsto. Seis meses depois de entregue a obra, contudo, a falsificação é descoberta.

Nesse caso, a responsabilidade penal de Caio e Tício corresponde a:

- (A) crime de inserção de dados falsos em sistema de informações (Art. 313-A, do Código Penal);
- (B) crime de contratação inidônea (Art. 337-M, do Código Penal);
- (C) crime de corrupção (Art. 317, do Código Penal);
- (D) crime de fraude em licitação ou contrato (Art. 337-L, do Código Penal);
- (E) nenhum crime, pois a obra foi realizada e não houve prejuízo à Administração Pública.

68

Relativamente ao tema dos crimes contra a administração pública, especificamente quanto ao conceito penal de funcionário público, é correto afirmar que:

- (A) o funcionário público, para os efeitos penais, é todo aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, desde que de forma remunerada;
- (B) a pessoa que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal não pode ser equiparada a funcionário público para fins penais;
- (C) se o funcionário público for ocupante de cargo em comissão, a pena pelo crime funcional será aumentada da terça parte;
- (D) a pessoa que trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública não pode ser equiparada a funcionário público para fins penais;
- (E) o particular que atua em coautoria ou participação com o funcionário público na prática do crime funcional não responde pelos crimes de funcionário público, mesmo que tenha conhecimento da qualidade funcional de seu comparsa.

69

Constitui um crime de responsabilidade:

- (A) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- (B) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação venha a ser decretada pelo Poder Judiciário;
- (C) deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei;
- (D) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela Administração Pública à entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- (E) admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

**70**

Mévio é prefeito de um pequeno município, sempre muito preocupado com o bem-estar dos cidadãos de sua cidade. Diante da proximidade do final de seu segundo mandato – faltando seis meses para terminar – e decidido a não disputar nenhum cargo eletivo, Mévio resolve tomar uma medida impopular, mas extremamente necessária: a construção de uma rede de esgoto sanitário no bairro mais pobre do município. Mévio sabia que a despesa total da obra não poderia ser paga no mesmo exercício financeiro e que as parcelas restantes não possuíam contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, mas, mesmo assim, ordenou a despesa, pois sabia que tal medida jamais seria tomada por outro político, uma vez que não reverteria em votos nem apoio político.

Nesse caso, é correto afirmar que Mévio:

- (A) praticou crimes contra as finanças públicas (Capítulo IV do Título XI do Código Penal);
- (B) praticou crimes contra a administração pública em geral (Capítulo I do Título XI do Código Penal);
- (C) praticou crimes contra a administração da justiça (Capítulo III do Título XI do Código Penal);
- (D) praticou crimes contra a administração pública estrangeira (Capítulo II-A do Título XI do Código Penal);
- (E) não praticou nenhum crime.

**DIREITO CIVIL****71**

Em 15 de janeiro de 2020, André completou 12 anos de idade. Enquanto passeava com seu pai para celebrar a ocasião, André foi atingido por um cinzeiro caído de um edifício particular.

André pode pretender a reparação civil dos danos sofridos até:

- (A) 15 de janeiro de 2023;
- (B) 15 de janeiro de 2024;
- (C) 15 de janeiro de 2026;
- (D) 15 de janeiro de 2027;
- (E) 15 de janeiro de 2029.

**72**

Quando os credores de Mariana investigaram o seu patrimônio, identificaram os seguintes bens: crédito decorrente de contrato de empréstimo feito a sua irmã; automóvel ano 2018 placa XXX9999; material de construção que adquirira para construir um casebre no terreno de sua irmã; direito à sucessão aberta de sua mãe, pois ainda se encontra em andamento o respectivo inventário e partilha; usufruto de ações de titularidade de sua irmã.

Entre esses bens, considera-se imóvel:

- (A) o crédito decorrente de contrato de empréstimo feito a sua irmã;
- (B) o automóvel ano 2018 placa XXX9999;
- (C) o material de construção que adquirira para construir um casebre no terreno de sua irmã;
- (D) o direito à sucessão aberta de sua mãe, pois ainda se encontra em andamento o respectivo inventário e partilha;
- (E) o usufruto de ações de titularidade de sua irmã.

**73**

Leandro, solteiro, 17 anos, bacharel em química, celebrou contrato de compra e venda de um carro usado com Natália no valor de R\$ 35.000,00. Após o pagamento, a propriedade do carro foi transmitida a Leandro.

Nesse caso, o contrato celebrado por Leandro e Natália é:

- (A) inexistente;
- (B) válido;
- (C) nulo;
- (D) anulável;
- (E) inexigível.

**74**

Magda deseja vender um imóvel para um de seus filhos, Bruno. Para não ter problemas com seus outros filhos que não concordarão com a venda, ela combina com Jorge, seu melhor amigo, de vender o imóvel para ele, mas com a incumbência de ele revendê-lo, em seguida, para Bruno, o que efetivamente ocorre.

Quando os outros filhos de Magda descobrirem, eles poderão alegar:

- (A) confirmação;
- (B) conversão;
- (C) simulação;
- (D) redução;
- (E) ratificação.

**75**

Nestor, filho de 30 anos de Ernesto e Clara, disse que divulgaria imagens íntimas dos pais se eles não aceitassem figurar como seus fiadores em contrato em que ele seria locatário. Apavorados, Ernesto e Clara assinaram o instrumento do contrato.

Nesse caso, o contrato é:

- (A) anulável por coação moral;
- (B) nulo por dolo;
- (C) nulo por coação moral;
- (D) anulável por dolo;
- (E) nulo por estado de perigo.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**76**

No que se refere ao mandado de segurança, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade impetrada tem legitimidade para interpor recursos;
- (B) o acórdão confirmatório da sentença concessiva da ordem pode ser impugnado por recurso ordinário;
- (C) a execução da sentença concessiva da segurança pode abarcar verbas vencidas antes da data da impetração;
- (D) a sentença concessiva da ordem não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
- (E) o procedimento da ação mandamental não comporta a concessão de tutela provisória de urgência.

**77**

No que concerne à ação popular, é correto afirmar que:

- (A) as associações constituídas há pelo menos um ano têm legitimidade para intentá-la;
- (B) a pessoa jurídica cujo ato seja impugnado pode deixar de contestar e associar-se em litisconsórcio com o autor popular;
- (C) não podem ser litisconsortes passivos os beneficiários diretos do ato impugnado, que devem ser processados em ação posterior;
- (D) se o autor desistir da ação, não sendo o prosseguimento do feito promovido por outro cidadão, não poderá o Ministério Público assumir o polo ativo da demanda;
- (E) julgado improcedente o pedido por insuficiência de provas, a demanda não poderá ser novamente proposta, em razão da coisa julgada material formada.

**78**

Uma vez proposta por particular demanda em face da Fazenda Pública, estando a sua pretensão já prescrita, é correto afirmar que:

- (A) o juiz, acolhendo a arguição de prescrição formulada pela parte ré, julgará extinto o feito sem resolução do mérito;
- (B) deixando o demandado de suscitar a prescrição em sua contestação, o juiz não poderá reconhecê-la de ofício;
- (C) a interrupção da prescrição não retroagirá à data da propositura da ação, ainda que o autor adote tempestivamente as medidas aptas a viabilizar a citação;
- (D) sendo a prescrição arguida na contestação, o juiz só poderá pronunciá-la depois de conceder ao autor a oportunidade de se manifestar a seu respeito;
- (E) vislumbrando a possibilidade de configuração da prescrição, o juiz deverá suspender o feito, a fim de que a matéria seja suscitada e debatida pelas partes em ação autônoma.

**79**

O juiz determinou ao autor que retificasse uma nulidade existente no feito. Não sendo sanado o vício, e verificando que a decretação dessa nulidade aproveitaria ao réu, o juiz não a pronunciou nem mandou o autor suprir-lhe a falta, julgando desde logo improcedente o pedido, por verificar que o direito alegado não assistia ao demandante.

Nesse cenário, é possível afirmar que o juiz agiu:

- (A) de forma incorreta, vez que deveria extinguir o feito sem resolução do mérito;
- (B) corretamente, por força dos princípios da boa-fé subjetiva e da cooperação;
- (C) corretamente, por força do princípio da primazia da resolução do mérito;
- (D) de forma incorreta, vez que deveria exigir do autor que repetisse o ato;
- (E) de forma incorreta, vez que deveria prosseguir com o processo e tratar o autor como revel.

**80**

No caso de condenação em quantia certa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito ou, após esse prazo, se quiser, oferecer sua impugnação.

Nesse cenário, é correto afirmar que os referidos prazos são de:

- (A) dez dias para pagar e mais quinze dias para oferecer a impugnação;
- (B) dez dias para pagar e mais trinta dias para oferecer a impugnação;
- (C) cinco dias para pagar e mais quinze dias para oferecer a impugnação;
- (D) cinco dias para pagar e mais cinco dias para oferecer a impugnação;
- (E) quinze dias para pagar e mais quinze dias para oferecer a impugnação.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

